

PORTUGUÊS E LITERATURA: ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DA DISCIPLINA NO CURSO COLEGIAL

PORTUGUESE AND LITERATURE: ELEMENTS FOR THE HISTORY OF THE SUBJECT IN HIGH SCHOOL

André Barbosa de Macedo¹

RESUMO

O objetivo do artigo é contribuir para a história da disciplina de Português através de abordagem sobre programas federais relativos ao curso colegial. Nesse sentido, primeiramente, delineamos o elitismo que caracterizava esse nível de ensino destinado a formar as individualidades condutoras. Em seguida, examinamos os programas federais da disciplina de Português de 1943 e de 1951, com especial interesse pelas especificações concernentes à Literatura, à distribuição pelos três anos do curso colegial e à Literatura Brasileira.

Palavras-chave: português, literatura, programas federais, curso colegial

ABSTRACT

The aim of the article is a contribution to the history of the subject Portuguese through an approach to federal programs related to the high school. In this sense, at first, we outline the elitism that characterized this level of education designed to form the leading individuals. Afterwards, we examine the federal Portuguese programs from 1943 and 1951, with special interest in the specifications concerning Literature, distribution over the three years of the high school and Brazilian Literature.

Keywords: portuguese, literature, federal programs, high school

Introdução

Retomando aspectos de uma pesquisa anterior, o objetivo desse artigo é contribuir para a história da disciplina de Português através de abordagem sobre programas federais relativos ao curso colegial², ou seja, no período entre a Reforma Capanema de 1942 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1971.

¹ Possui graduação em Letras (bacharelado e licenciatura) e em Filosofia (bacharelado e licenciatura), mestrado em Educação (2010) e Doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (2015). Cursou também graduação em Letras/Alemão (bacharelado e licenciatura) na Universidade de São Paulo – frequentou até o quarto ano, não concluiu a habilitação. Realizou período sanduíche de doutorado na Universidade Livre de Berlim e pós-doutorado na Sorbonne Université para pesquisas no âmbito da Teoria Literária e da Literatura Comparada. É professor da Universidade Federal do Pará.

² O curso colegial é o nível que atualmente corresponde ao Ensino Médio.

Nesse sentido, primeiramente, delineamos o elitismo que caracterizava esse nível de ensino cujo objetivo declarado era *formar individualidades condutoras*. Em seguida, examinamos os programas federais da disciplina de Português de 1943 e de 1951, com especial interesse pelas especificações concernentes à Literatura, à sua distribuição pelos três anos do curso colegial e à Literatura Brasileira.

As referências para a pesquisa são Chervel (1990), Choppin (2004, 2002), Lajolo (2005, 1988, 1975), Candido (2004) e Geraldi (2013, 2011, 1996).

O elitismo do curso colegial

“O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico”; além disso: “O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la.” (Brasil, 1942). Eis o artigo segundo e a primeira frase do artigo quarto da Lei orgânica do ensino secundário, Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei integrante daquela que seria a “tentativa, feita pelo ministério Capanema, de reproduzir no Brasil a estrutura centralizada de tipo napoleônico” (Schwarzman, 2000, p. 279), a reforma do sistema educacional encabeçada por Gustavo Capanema no transcurso da Era Vargas.

A passagem citada do artigo quarto estabelecia para o curso colegial a seriação ainda hoje vigente no atual ensino médio, três anos. Entretanto, a divisão da Reforma Capanema definia o secundário como unidade entre ginásio e colégio, precedido pelo ensino primário. Concebido legalmente como continuidade do ensino primário, o ensino secundário tinha em vista “formar as individualidades condutoras” (Brasil, 1942), e é com esta restrição, constante no próprio texto da lei, que devem ser compreendidas as finalidades irrestritamente elencadas no artigo primeiro: formar “a personalidade integral dos adolescentes”, acentuar e elevar “a consciência patriótica e a consciência humanística” e “dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial” (Brasil, 1942). Esta distinção entre um nível de ensino popular, com infusão de “sentimento patriótico”, e outro nível destinado aos condutores, com formação de “consciência patriótica”, é assinalada por Schwartzman (2000) a partir de anotações de próprio punho do ministro Capanema. Para este, os adolescentes do

secundário deveriam tornar-se “homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo” (Schwarzman, 2000, p. 210). É certo que havia ainda os vários ramos do ensino profissional (comercial, industrial, agrícola e normal), ramos de ensino pós-primário, mas, como salientam Haidar e Tanuri, a cada grupo social caberia o* seu lugar:

Embora elevando a posição dos cursos técnicos na estrutura vertical do sistema e instituindo um paralelismo entre eles e o ensino secundário – em termos de duração e divisão dos ciclos –, as Leis Orgânicas representaram a definição perfeita de uma estrutura estratificada de ensino pós-primário, no interior do qual era mantido o velho dualismo entre o ensino popular e de elites. Com efeito, os vários ramos de ensino caracterizavam-se como “tipos” específicos, com conteúdos e finalidades específicas próprias, sem possibilidade de articulação entre si. (Haidar e Tanuri, 2002, p. 91-92).

Estas divisões entre os outros tipos de ensino e o secundário, e, neste, a unidade entre ginásio e colégio, necessitam ser aqui ressaltadas porque deveriam estar implícitas na elaboração de todos os programas – também dos livros didáticos – para o secundário e para a disciplina de Português no curso colegial. Configurava-se, assim, o arcabouço legal montado lentamente durante a longa permanência de onze anos de Capanema no então Ministério da Educação e Saúde. O arcabouço seria descaracterizado no decorrer dos anos 1950, mas prevaleceria até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 — e, em alguns aspectos, mesmo até aquela de 1971.

De fato, como bem apontava a lei, a escola secundária era frequentada por uma pequena elite. Em se tratando do curso colegial, mais ainda. Em abrangente ensaio intitulado “A Educação Secundária no Brasil”, com subtítulo “ensaio de identificação de suas características principais”, publicado em 1954 por Jayme de Abreu, o autor observa que apenas 6% da população teoricamente em idade de frequentar tal nível de ensino estavam nele matriculados. Para o curso colegial, o percentual caía para cerca de 1%: um total de 76.286 matrículas.

O programa de Português de 1943

O programa de julho de 1942 para o ginásio organizava suas especificações em três tópicos: leitura, gramática e outros exercícios (exposição oral, redação e

composição, ensaios de crítica, análise literária). Não havia indicações pontuais quanto a autores e obras de literatura. Entretanto, na parte de leitura para a 4ª série, havia uma observação precisa: devia-se “já aspirar a constituir uma iniciação literária, em excertos da literatura brasileira e portuguesa” (Razzini, 2000, p. 354, grifo nosso). Já nas “Instruções metodológicas para execução do programa de português”, no tópico “Observações gerais”, salientava-se que “o professor se esforçará por inculcar nos alunos o amor da língua” (Razzini, 2000, p. 359) e, nos três itens seguintes, expressava-se o desdobramento particular das finalidades do ensino secundário no que tangia à disciplina de Português. Cabia ao curso colegial a iniciação literária, entendida como entrada no prestigioso domínio da língua, a modalidade mais nobre por ser “a de mais importante papel social e político” (Razzini, 2000, p. 359). Para este domínio era direcionado o ensino precedente. A dimensão humanística era mesclada à preocupação patriótica, motivada por “forças dissolventes” encarnadas em “estrangeiros das mais variadas procedências” (Razzini, 2000, p. 359). A ameaça à solidez do Estado-nação, ou talvez a tentativa de reconfigurá-lo em certo sentido, através da educação tal qual reformada por Capanema e seu ministério, estava na ordem do dia. Nisso, os inimigos declarados, mas não os únicos, eram os estrangeiros³, afinal, “zelar a língua literária é, para o Brasil, um dever de própria defesa”, seria “condenável menosprezá-la depois de ela ter atingido tão alta perfeição como a atual” (Razzini, 2000, p. 359). Assim marcado pela necessidade de formação de “consciência humanística” e de “consciência patriótica”, o ensino de português no curso colegial foi concebido, repetindo em menor escala programas anteriores e com novas conotações, sobretudo como ensino de literatura.

O programa de Português para o curso colegial, clássico e científico, foi expedido pela Portaria Ministerial nº 87, em 23 de janeiro de 1943, seis meses depois do programa do ginásio. Nele, constavam quatro tópicos para a primeira e a segunda séries. Três eram comuns às duas: gramática, leitura e outros exercícios (exercícios de exposição oral; exercícios de redação e composição; análise literária). O primeiro era incomum: “Noções Gerais de Literatura” na primeira série e “Noções de História da Literatura Portuguesa” na segunda série. O tópico “Noções Gerais de Literatura” pode

³ As “forças dissolventes”, em parte estrangeiras, foram, com uma leve alteração para “fatores dissolventes”, conservadoramente especificadas no programa de 1951: “seduções do materialismo, da incúria ou da frivolidade” (Brasil, 1952, p. 65).

ser considerado uma propedêutica panorâmica e teórica a textos e histórias literários, englobando questões como conceito de literatura, escolas literárias, estilo, distinção prosa/poesia e gêneros literários. Segundo Roberto Acízelo de Souza (1999), em investigação sobre o ensino de retórica e poética no Brasil oitocentista através dos programas do Colégio Pedro II, essas noções gerais reuniam sobrevivências da vertente retórico-poética que estavam, deste o século XIX, em disputa com a vertente historicista.

O tópico “leitura” estabelecia para a primeira série “páginas de autores de língua portuguesa, desde trovadores medievais até escritores do século XX”, e, para a segunda, “páginas de autores portugueses de várias eras literárias” (Razzini, 2000, p. 361). As leituras de tais páginas deveriam ser acompanhadas de “comentário filológico-gramatical no qual se dará grande atenção ao estudo do vocabulário e da sintaxe e se recordarão as generalidades de gramática expositiva e histórica ministradas no curso ginasial.” (Razzini, 2000, p. 361). Para a terceira série, não havia o tópico “gramática” e era definido o estudo de “Noções de História da Literatura Brasileira”, com leitura de “páginas de autores brasileiros” (Razzini, 2000, p. 361) da “era colonial” e da “era nacional”. Dessa forma, apesar de o tópico “leitura” da primeira série incluir escritores brasileiros, a literatura brasileira concentrava-se na terceira série. Assim, como observa Razzini, era atingido o “objetivo patriótico e nacionalista, estabelecido na lei, quando tratava de nossa literatura, na 3ª série” (Razzini, 2000, p. 106).

O programa para a disciplina, assim como o do curso ginasial, pode ter a autoria atribuída a Sousa da Silveira. Entretanto, o programa era submetido à apreciação de Gustavo Capanema e de outros professores ligados ao ministro. Tanto que documentos indicaram que uma primeira versão do programa, datilografada, foi enviada a Capanema ainda em julho de 1942. Uma segunda versão, manuscrita e sem data, seria providenciada e reapresentada pelo mesmo Sousa da Silveira. Contudo, assinalamos que não houve discordâncias quanto ao que havia sido definido para a terceira série. Sousa da Silveira apenas notificou e rubricou: “[O programa será o mesmo que foi apresentado ao sr. Ministro em 31-7-1942. SS]”⁴.

Filólogo, Sousa da Silveira era engenheiro de formação, mas abandonou a carreira e passou a se dedicar ao magistério, primeiramente no ensino secundário (entre

⁴ Arquivo Gustavo Capanema. GCg 39.01.00. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (CPDOC/FGV).

1920 e 1935) e, posteriormente, no ensino superior. Foi professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Distrito Federal (entre 1935 e 1939) e na Faculdade Nacional de Filosofia (de 1939 até aposentadoria em 1953) (Silva, 1984). Desenvolveu atividades junto a Capanema desde 1934, quando integrou comissão designada para tratar de uma reforma ortográfica. Das atividades desenvolvidas, embora não mencione o programa aqui em questão, referindo-se apenas ao do ginásio, Maximiano de Carvalho e Silva, em livro dedicado à vida e à obra do filólogo, considera-o “o ponto mais alto da colaboração prestada por Sousa da Silveira aos planos de renovação do Ministro Gustavo Capanema.” (Silva, 1984, p. 77-78). Na sua avaliação, Silva ressalta as contribuições quanto às recomendações, de grande mudança, relativas ao ensino gramatical, a especialidade e o ponto forte do autor dos programas. Por outro lado, como cita Silva, Sousa da Silveira afirmava em artigo sobre ao amigo Manuel Bandeira: “Noto, na minha exígua formação literária, mais de um vestígio de sua influência benéfica.” (Silveira, 1936, p. 219 *apud* Silva, 1984, p. 16, nota 45)⁵. E o filólogo, que como afirmamos não reformulou a parte do programa destinada ao terceiro ano do colegial, assim detalhou as noções de história da literatura brasileira:

Unidade I - *Introdução*: 1. A língua portuguesa do Brasil. 2. Influências portuguesa, indígena e africana na língua, bem como na literatura popular.

Unidade II - *Era colonial*: 1. A literatura dos catequistas e dos viajantes no século

XVI. 2. O século XVII. A poesia de Gregório de Matos, a prosa de Frei Vicente do Salvador. 3. O século XVIII. As academias literárias, o grupo mineiro, a influência da poesia popular em Domingos Caldas Barbosa, os trabalhos da história e genealogia, o dicionarista Moraes.

Unidade III - *Era nacional*: 1. O Romantismo no Brasil. 2. A poesia de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, Castro Alves. 3. O romance de Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida, José de Alencar, Visconde de Taunay. 4. O teatro de Martins Pena e França Júnior. 5. Figuras menores na poesia, no romance e no teatro; historiadores, críticos e jornalistas. 6. A oratória política e sagrada.

Unidade IV - *Continuação da era nacional*: 1. Machado de Assis. 2. A renovação parnasiana na poesia: Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Vicente de Carvalho. 3. A renovação realista no romance: Aluísio Azevedo, Raul Pompeia.

4. Historiadores, críticos, jornalistas, oradores. 5. O Simbolismo: Cruz e Sousa, Alphonsus de Guimaraens, Mário Pederneiras. 6. A obra filosófica de Farias Brito.

⁵ A referência do texto de Silveira em Silva é: Silveira, Sousa da. *Animae dimidium meae*. In: *Homenagem a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1936, p. 219-223.

Devido à ausência de documentos, não é possível conhecer o processo de elaboração tanto das noções de história da literatura brasileira quanto do que ficava definido para a primeira e segunda séries. O certo é que a divisão da história da literatura brasileira em duas eras, colonial e nacional, era a divisão de José Veríssimo em sua *História da Literatura Brasileira*, de 1916, precedida por uma introdução na qual deveriam ser abordadas as transformações ocorridas na língua portuguesa em solo brasileiro com encontro de três “raças”. Portanto, periodização política e concepção naturalista de literatura para autores e obras em sua maioria dos séculos XIX e anteriores numa divisão simples em apenas duas eras. Por outro lado, é muito provável que Sousa da Silveira tenha recorrido ao gigantesco programa anterior para a disciplina, de 1936. Nesse programa, além do que permaneceria no novo programa de 1943, era prescrito o estudo das literaturas hispano-americanas, francesa, inglesa, espanhola, alemã, italiana e ainda outras. O filólogo teria, então, realizado cortes e inserções. Também é muito provável que Sousa da Silveira tenha recorrido ao livro de Manuel Bandeira, cuja obra *Noções de História das Literaturas* registrava em seu índice a mesma sequência de palavras utilizadas no programa: “*Historiadores, críticos, jornalistas, oradores*” (Bandeira, 1942, p. XIII). Reforça a hipótese o fato de no programa de 1936 a sequência não ser essa⁶. Havia também, no livro de Bandeira, o seguinte tópico, também final: “*Correntes modernas. O movimento modernista: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graça Aranha, etc. Depois do modernismo: poetas, romancistas, ensaístas.*” (Bandeira, 1942, p. XIII). Assim, a especificação “O movimento modernista. Principais autores atuais” é uma passagem que pode mais facilmente ser aproximada das palavras de Bandeira do que da indicação do programa de 1936: “O movimento modernista na poesia e na prosa. O romance contemporâneo. Correntes atuais.” (Razzini, 2000, p. 351).

O programa de Português de 1951

⁶ “A eloquência e o jornalismo no Brasil. Mont'Alverne, Evaristo da Veiga, Hipólito de Araújo, Rui Barbosa. A erudição: o dicionarista Moraes. O ensaio moral, social e político: Matias Aires, João Francisco Lisboa, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha. A história: Varnhagen, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu. A crítica: Silvio Romero, José Veríssimo, João Ribeiro.” (Razzini, 2000, p. 351).

Em 1951, os programas de todas as disciplinas foram reelaborados pela Congregação do Colégio Pedro II. Na ata de 4 de julho de 1951, foi reproduzida a carta encaminhada por Ernesto Simões Filho, o então ministro da Educação e Saúde do novo governo de Vargas. O ministro aí dava as mesmas razões apresentadas quando da divulgação dos programas já prontos: que fosse feita uma “simplificação”, pensando nas diversidades regionais. Ainda com esse fim, os programas deviam ter “certa plasticidade”. Para o ministro: “Os professores do ensino secundário deverão encontrar, nos programas elaborados pelo Colégio Pedro II, um roteiro disciplinador — um programa mínimo — necessário ao desenvolvimento dos trabalhos escolares, assegurando-lhes a liberdade de apresentação da matéria, de conformidade com as conveniências didáticas”⁷.

Havia programa mínimo e plano de desenvolvimento do programa mínimo. O primeiro foi expedido pela Portaria nº 966, de 2 de outubro de 1951; o segundo, pouco mais de dois meses depois, pela Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951. Houve reconfiguração significativa para a primeira e segunda séries. No que se referia às determinações de leitura, na primeira série, seriam estudados autores brasileiros e portugueses que escreveram do século XVIII em diante; na segunda, haveria “textos de autores brasileiros e portugueses, a partir do século XVI” (Razzini, 2000, p. 365). No entanto, a reconfiguração maior colocava o que antes estava dividido entre a primeira e a segunda séries apenas na segunda: as noções gerais de literatura e a história da literatura portuguesa. Em compensação, não haveria mais na segunda série conteúdos de gramática. Esta ficava confinada ao primeiro ano: “Caberá na 1ª série do segundo ciclo, pelo estudo elementar da gramática histórica, a justificação de várias normas ortográficas e de certos preceitos da gramática expositiva.” (Razzini, 2000, p. 367). Tratava-se de ensinar uma história resumida da língua portuguesa, ou seja, seara de filólogos, os quais tinham tido o campo de atuação reduzido através da diminuição das horas-aula da disciplina de Latim⁸. Quanto à terceira série, não havia muitas alterações nos conteúdos já especificados no programa de 1943. Basicamente, foram repetidas as “escolas” do programa anterior, sem menção de autores e sem divisão em “eras” —

⁷ Ver atas: COLÉGIO PEDRO II. *Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1950-1954*. Rio de Janeiro, 1950-1954. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom/CPII).

⁸ Entre 1943 e 1946, as horas semanais obrigatórias de aula da disciplina de Latim no ensino secundário foram reduzidas de 14 horas para 8 horas (Razzini, 2000).

“escolas”, entretanto, não era mais o termo usado, houve alteração para “movimentos”. O item *a* do segundo tópico ganhava aqui um caráter mais genérico, não era feita referência às “raças”. Também não houve alteração quanto à unidade entre ginásio e colégio, com a leitura literária concentrada neste último ciclo: a análise literária “já se pode esboçar nesta série” (Razzini, 2000, p. 366), a quarta do ginásio, como observado na parte de “Instruções metodológicas”. A leitura continuava com a perspectiva filológica, devia ser seguida de “interpretação, análise literária elementar, comentário gramatical e estudo filológico elementar” (Razzini, 2000, p. 363).

Cumprindo a determinação de simplificar os programas, estes eram realmente mínimos. Para a terceira série era condensado em poucas linhas:

- a)* Leitura, interpretação, análise literária, comentário gramatical e estudo filológico elementar de textos de autores brasileiros e portugueses. *b)* Exercícios de exposição oral. *c)* Composição escrita.
- a)* Literatura brasileira: formação e desenvolvimento, fases, caracteres de cada fase do período colonial. *b)* O Romantismo. *c)* A reação anti-romântica. *d)* O Parnasianismo. *e)* O Simbolismo e o movimento modernista. *f)* Leitura sistemática de autores expressivos desses movimentos. (Razzini, 2000, p. 363).

Já o plano de desenvolvimento para esse programa mínimo, expedido pouco mais de dois meses depois pela Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951, era mais detalhado:

1. *a)* Leitura, interpretação, análise literária, comentário gramatical e filológico de textos de autores brasileiros e portugueses. *b)* Exercícios orais: resumos de assuntos lidos fora da classe; exposição de pontos de literatura. *c)* Composição escrita: dissertações morais e literárias, pequenos ensaios de crítica; artigos para a revista escolar; trabalhos de livre escolha do aluno.
2. *a)* Formação e desenvolvimento da literatura brasileira. A literatura dos viajantes e dos catequistas no século XVI. A poesia, a prosa e a oratória no período colonial. O chamado grupo baiano. Os poetas do grupo mineiro. *b)* O Romantismo no Brasil. Precursores. Caracteres do Romantismo brasileiro. *c)* A reação anti-romântica. Autores de transição. *d)* Os parnasianos e a sua técnica. *e)* O Simbolismo e as tendências modernas da poesia e da prosa brasileiras. (Razzini, 2000, p. 363).

É importante assinalar que esse plano de desenvolvimento, segundo parecer de 1958 de um técnico de educação, Cleantho R. Siqueira, deveria ser seguido apenas enquanto os estabelecimentos não organizassem seus próprios planos. Entretanto, apesar

dessa possibilidade, os planos federais acabaram prevalecendo, explicava Siqueira. Para o parecerista, uma das razões era o “comodismo ditado pela publicação de livros didáticos com os planos de desenvolvimento do Colégio Pedro II”⁹. Entretanto, mesmo o plano de desenvolvimento, como podemos verificar pela comparação com o programa mínimo, não trazia muitos pormenores. O plano ainda ressaltava que cabia ao professor escolher uma das diversas divisões em épocas da literatura brasileira e, depois de justificada tal divisão, indicar os autores a serem estudados. A palavra de ordem, vinda do ministério, foi seguida à risca: simplificar.¹⁰

As atas da Congregação do Colégio Pedro II registraram, a partir de julho de 1951, algumas discussões quanto à reelaboração dos programas. Entretanto, nada havia sobre os programas para Português. Assim, o que é possível afirmar sobre o resultado oficialmente apresentado é que sobre ele concordaram, como professores catedráticos efetivos de Português, Quintino do Vale, Clóvis do Rego Monteiro e Cândido Jucá Filho, que compareceram às reuniões. José Oiticica, também professor catedrático efetivo de Português, solicitou que registrassem na ata seguinte à votação dos programas: “Peço que se consigne em ata, que nenhuma interferência tive na organização dos programas de português e que votaria contra eles se estivesse presente quando foram aprovados em Congregação. Rio, 24 de setembro de 1951. (a) José

⁹ Cf. *Boletim do Centro de Inspectores Federais de Ensino do Estado de São Paulo (C.I.F.E.)*, n. 60, mai-jun. 1960, ano VII, p. 22-23. O parecer tratava do cumprimento dos programas de ensino a partir da discussão provocada por uma portaria do Ministério da Educação que facultava aos estabelecimentos a distribuição dos tempos escolares semanais. Havia então o impasse entre cumprir o programa e redistribuir os tempos escolares. Para Cleantho R. Siqueira, a outra razão para a adoção dos planos de desenvolvimento do Colégio Pedro II eram “reservas com que sempre têm sido recebidas as tentativas de centralização levadas a efeito pelo Ministério da Educação”, isso e os livros didáticos, entendidos como “comodismo”, “fizeram com que os órgãos estaduais se desinteressassem da prerrogativa que lhes era conferida e não elaborassem os planos estaduais”.

¹⁰ Em larga medida, Cleantho R. Siqueira tinha razão, pois os livros didáticos seguiam o programa da Reforma Capanema e, depois, aquele do Colégio Pedro II; confira: *Manual de Língua Portuguesa*, em 3 volumes, de Artur de Almeida Torres e J. Nelino de Melo, publicado pela Companhia Editora Nacional entre 1944 e 1951 (total de edições dos 3 volumes: 11); *Português para o colégio*, em 3 volumes, de José Cretella Júnior, publicado pela Companhia Editora Nacional entre 1949 e 1957 (total de edições dos 3 volumes: 15); *Compêndio de língua e de literatura*, em 3 volumes, de Sílvio Elia e J. Budin, publicado pela Companhia Editora Nacional entre 1953 e 1961 (total de edições dos 3 volumes: 33); *Português no colégio*, em 2 volumes, de Raul Moreira Léllis, publicado pela Companhia Editora Nacional entre 1963 e 1972 (total de edições dos 2 volumes: 23); *Língua Portuguesa*, em 3 volumes, de Clóvis Leite Ribeiro, José Lourenço, Felipe Jorge e Válder Wey, publicado pela Editora do Brasil entre 1944 e, provavelmente, 1953 (total de edições dos 3 volumes: 15).

Oitica.”¹¹ Alvaro Lins (desde 1941) e Afrânio Coutinho (desde 1947) eram professores catedráticos interinos.

É possível afirmar que a filologia era a especialidade de todos os professores efetivos de Português que compunham a Congregação do Colégio Pedro II. Silvio Elia, ao historiar os estudos filológicos no Brasil, coloca Monteiro e Oitica, juntamente com Sousa da Silveira, como pertencendo a uma mesma “geração” de filólogos (Elia, 1975, p. 134) — à qual podemos acrescentar Quintino do Vale. Esta “geração” firmou-se no período de 1920 a 1940. Jucá Filho, por sua vez, seria um intermediário entre esta e a “geração” seguinte. Embora nem os professores nem sua produção intelectual devam ter suas particularidades desconsideradas, tanto o ensino de literatura quanto a pesquisa sobre literatura, sem a perspectiva filológica, estavam para eles em segundo plano. Esse traço os unia, esse traço distinguia a proposta de leitura literária de seus programas.

Por sua vez, Afrânio Coutinho, em 1954, publicou um artigo que retomava questões abordadas no seu discurso de posse como professor efetivo do Colégio Pedro II, em 1952, e analisava os programas de Português de 1943 e de 1951. Para o professor, “em ambos os programas, o grosso é o estudo das literaturas portuguesa (2ª série) e brasileira (3ª série). A disciplina é de português, mas a matéria é de literatura.” (Coutinho, 1954, p. 10). Entretanto, discordava Coutinho, não era propriamente literatura, tratava-se de “História, ou História Literária, ou História de escritores” (Coutinho, 1954, p. 6). Eram diagnosticadas, assim, duas falhas na concepção do ensino de literatura: a confusão entre História Literária e Literatura — “o ponto crucial, e a principal causa de erro” (Coutinho, 1954, p. 6) — e a inexistência da disciplina de Literatura. Além dessas, ainda apontava uma terceira: o ensino literário “há que basear-se no elemento estético, não apenas no gramatical, da obra, o outro erro do nosso sistema, que fundiu o ensino literário com o da linguagem” (Coutinho, 1954, p. 7).

Considerações finais

Proposições como as de Chervel (1990) e Choppin (2004, 2002) fornecem elementos para considerações sobre a história da disciplina de Português tal como procuramos examinar. Por outro lado, reflexões como aquelas de Lajolo (2005, 1988,

¹¹ Ver atas: COLÉGIO PEDRO II. *Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1950-1954*. Rio de Janeiro, 1950-1954. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom/CPH).

1975), Candido (2004) e de Geraldi (2013, 2011, 1996) trazem elementos para problematizar os programas federais destinados ao ensino de Português no curso colegial.

Os programas que aqui examinamos permitiram descrever e analisar a vulgata da disciplina de Português que vigorou entre a Reforma Capanema de 1942 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1971: “Em cada época, o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmo nível”, “os manuais ou quase todos dizem então a mesma coisa, ou quase isso”, os “conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do corpus de conhecimentos” (Chervel, 1990, p. 203). Uma versão dos programas e um registro da vulgata é o livro didático, como confirma o parecer de Cleantho R. Siqueira e como constatamos no conjunto de livros didáticos aqui elencados em nota. Isso porque esse tipo de livro é um intermediário entre os programas oficiais e a aula de cada professor, contando com várias funções: referência, instrumento, portador de ideologia e cultura (Choppin, 2004, 2002). A simples descrição e análise da vulgata, “a tarefa fundamental” (Chervel, 1990, p. 203), como fizemos, revela um conservadorismo em que a abordagem da Literatura e da Literatura Brasileira se dava através de enfoques defasados em mais de um sentido.

Por outro lado, a partir de discussões em Lajolo (2005, 1988, 1975) e Geraldi (2013, 2011, 1996) sobre as implicações políticas do ensino de Português e de Literatura, fica ainda mais evidente o conservadorismo e o caráter antidemocrático no que se refere propriamente à disciplina de Português. Como vimos, as especificações para o ensino propriamente de Literatura e de Literatura Brasileira o tornavam uma exclusividade das *individualidades condutoras*. Nesse sentido, com a justificativa de *soerguimento moral*, era negado o direito à literatura tal como defendido por Antonio Candido: “São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.”; e, sem dúvida, “também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura” (Candido, 2004, p. 174).

Dessa forma, convém encerrar com uma citação que, pelo programático elitismo, provoca indignação:

Para essa alta missão educativa do curso de humanidades proporcionam todas as matérias do currículo meios oportunos e

eficientes a que o mestre pode e deve recorrer, sem se esquecer, todavia, de que seu exemplo será sempre a condição essencial para o feliz êxito de tão meritória obra. Solicitando a preciosa atenção dos dignos professores que constituem o corpo docente do Colégio para esse programa de ação moral, a Congregação espera contar com o apoio e a colaboração de todos, na certeza de que compreenderão a grande necessidade desse esforço na época presente, quando fatores dissolventes de toda ordem concorrem, poderosamente, para afastar a juventude dos bons caminhos da honra, da disciplina, da ordem e do trabalho, levando-a às seduções do materialismo, da incúria ou da frivolidade, o que facilita a ação dos interessados em inocular na classe estudantil o espírito de turbulência e o desrespeito às instituições. Tudo o mais que conste dos programas, por imensa que seja sua relevância, fica em segundo plano em face dessa campanha de soerguimento moral em que a escola secundária deve desempenhar papel de transcendente valor. (Brasil, 1952, p. 65).

Referências

- ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, vol. XXIII, n. 58, abr.-jun. 1955, p. 26-104.
- BANDEIRA, Manuel. *Noções de História das Literaturas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei N° 4.244, de 9 de abril de 1942*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso: junho de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Portaria n° 1.045, de 14 de dezembro de 1951*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro: 1952.
- CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*. Pelotas, v. 6, n. 11, abr. 2002, p. 5-24
- COLÉGIO PEDRO II. *Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1950-1954*. Rio de Janeiro, 1950-1954. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom/CP II).
- COUTINHO, Afrânio. O ensino da literatura no curso secundário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. XXI, n. 54, abr.-jun. 1954, p. 3-15.

ELIA, Sílvio. Os estudos filológicos no Brasil. In: ELIA, Sílvio. *Ensaaios de filologia e linguística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: INL, 1975, p. 117-224.

GERALDI, João Wanderley (org.). *Portos de passagem*. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2011

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino*. Campinas: Mercado de Letras, 1996

HAIDAR, Maria; TANURI, Leonor. A educação básica no Brasil. In: HAIDAR, Maria; TANURI, Leonor *et al.* *Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras*. São Paulo: Thompson, 2002, p. 59-101

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: LAJOLO, Marisa *et al.* *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. S. Paulo: Contexto, 2005, p. 297-327

LAJOLO, Marisa. No Jardim das Letras, o pomo da discórdia. *BOLETIM* 3/4. Porto Alegre: Associação de Leitura do Brasil, 1988, p. 10-27

LAJOLO, Marisa. *Teoria literária moderna e ensino de literatura no segundo grau do curso secundário brasileiro*. 1975. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1975.

NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Rumos da crítica*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p. 51-79.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. *O Espelho da Nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. 2000. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp, 2000.

SILVA, Maximiano de Carvalho. *Sousa da Silveira: o homem e a obra: sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1984.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

Recebido em: 28/10/2024

Aceito em: 09/04/2025